

paço terapêutico a salvo das projeções.

A alusão inicial às dificuldades escolares de Léopold será retomada na quinta entrevista, e desenvolvida. A evocação da decadência física de Gustavo, o trabalho com rochas — os monumentos — como metáfora do corpo, prediziam talvez a crise somática da mãe. A descrição de Gustavo como um apaixonado, feita pela senhora Bird e traduzindo seu apego contra-edípiano, anuncia a irrupção persecutória no andamento da terapia. Permite também compreendê-la em profundidade: as projeções nos terapeutas escondiam um apego intenso não menos apaixonado.

A terceira idéia enfatiza a necessidade de identificar para o diagnóstico 'o estado dos vínculos libidinais', sua história e rupturas. Trata-se da essência do fato familiar: a *incontornável rocha biológica da filiação*.

CAP 10 de Lúcio "O Parentesco Fantasmático"
 Avulso existencial de L. de L. (1990/2011)

10

As técnicas mediadoras, e mais particularmente o desenho

A história da terapia familiar psicanalítica foi marcada por uma tomada de posição frente à linguagem. Trata-se de sua identidade.

Do ponto de vista da *observação*, é a comunicação verbal que interessa antes de mais nada ao terapeuta. Do ponto de vista da *técnica*, é a interpretação verbal que constitui a ferramenta por excelência. Descendo-se com relação ao comportamento familiar, a meta principal da terapia é de desenvolver a atividade fantasmática. O enriquecimento das fantasias, a criação de novos mitos, atenuam o peso invasor das projeções. As delegações abusivas são contrabalançadas pela mensagem das origens transmitida graças às fantasias originárias que agora encontram um lugar mais confortável (cf. família d'Argos).

Entretanto, interessar-se antes de mais nada pela linguagem, pelo uso adequado da interpretação, não implica poder desencadear sempre um processo associativo produtivo. Longas seqüências da terapia são eventualmente enriquecidas pela força das brigas ou, o que é ainda mais inapreensível, ocupadas por um imobilismo hiper-realista (discurso sobre a atualidade e sobre fatos desprovidos de densidade fantasmática). É por essa razão que nos questionaremos sobre a necessidade de introduzir técnicas que favoreçam o trabalho de associação, desenvolvendo representações muito condensadas, passando às vezes por telas mediadoras que, sem ter à primeira vista função de busca inconsciente, deixam aberta a porta a uma inovação imaginativa. Seria certamente necessário que tais 'acrésimos metodológicos' não fossem portadores de sugestão, uma vez que a terapia analítica optou por evitar a técnica comportamental ou intuitiva,

foi precisamente 'para não dizer ou fazer em lugar da família'. Senão, o terapeuta se posicionaria dentro de uma política pedagógica, forçando as opções de vida, em vez de deixar a cargo da família encontrá-las.

As técnicas mobilizadoras utilizadas em terapia familiar tentam criar um movimento, mas não são uma meta em si. Têm por objetivo uma tomada de consciência mais dinâmica dos vínculos intrafamiliares. Queremos portanto evitar qualquer mal-entendido; não se trata de sugerir, mas de propor. O que significa, entre outras coisas, que se a técnica de mediação não for apresentada no início da experiência e se o terapeuta quiser introduzi-la mais tarde, deve explicitar seu conteúdo e seus motivos à família. Portanto, encontramos-nos frente a duas situações: ou a técnica é proposta no início da terapia, ou mais tarde.

1. Quando a técnica é proposta no início. uma regra faz parte das práticas habituais do terapeuta: a regra da livre associação e a introdução dessas técnicas é submetida aos mesmos princípios. Enunciada no início da terapia, sua formulação reside em um convite para associar sem pressões nem crítica, e eventualmente a conversas sobre essas associações. Quando se trata de introduzir uma dessas técnicas mediadoras, como por exemplo o desenho, o terapeuta dirá aos membros da família que podem, se quiserem, desenhar na folha destinada a isso. Assim, as expressões gráficas integram-se ao discurso familiar. Diferentes situações sugerem ao terapeuta o desejo de propor técnicas mediadoras: a presença de crianças ou adolescentes, ou de sujeitos com dificuldades de expressão (multismo por exemplo), bloqueios fantasmáticos evocados acima e identificados durante as entrevistas preliminares.

2. Quando a técnica é proposta no decorrer do processo, o terapeuta preferirá expor as razões da inovação.

As técnicas são:

- psicodrama de inspiração psicanalítica
- jogos imaginativos
- o jogo, como praticado em terapia infantil
- o genograma familiar
- desenho e outros meios gráficos, como pintura ou massa de modelagem

O psicodrama analítico em grupo

Como a literatura sobre o psicodrama analítico em grupo é muito

ampla (Basquin e colab., 1973), preferimos remeter aos textos especializados. Para a sua aplicação em terapia familiar analítica, pode-se imaginar ou representar freqüentemente, até mesmo a cada sessão, ou representar pontualmente. No primeiro caso, é legítimo falar de psicodrama familiar analítico e no segundo de dramatização de papéis de ajuda. Em ambos, trata-se de fazer com que a família encene, com um terapeuta diretor de jogo e um segundo ou vários outros terapeutas agindo como ego-auxiliar. Trata-se de deixar a última parte da sessão para evocar sentimentos experimentados pelos integrantes durante a encenação.

Os jogos imaginativos

Os jogos imaginativos colocam-se a meio caminho do psicodrama e da interpretação associativa. Os membros da família ficam sentados em seu lugar (no psicodrama também podem deslocar-se); o terapeuta sugere que imaginem situações; em certos casos, é um dos membros da família quem propõe.

A partir de um relato, o pai se queixa, por exemplo, de que a mãe e os filhos não vão à casa de campo passar o fim de semana com ele; pode-se propor que imaginem uma situação decorrente desta: moram no campo e têm a oportunidade de passar três dias na cidade. São convidados a imaginar o diálogo. Um exemplo tirado de outro caso: pede-se que cada um imagine o retorno à casa de sua infância e que, um a um, subam ao sótão. Quais as impressões, os objetos e lembranças que lá encontram? A seguir, perguntamos quais foram as reações dos demais aos relatos. As associações são certamente interessantes.

O jogo

O jogo, tal como praticado em terapial grupal infantil, é um jogo do qual os adultos participam: jogos informais, formais, com caixa de jogo, etc. A variante introduzida por obra do grupo familiar, permite estudar as capacidades identificatórias dos adultos diante da atividade lúdica das crianças e de sua plasticidade metafórica.

A esculturação

Técnica desenvolvida pelos autores sistêmicos, a esculturação deriva do psicodrama do qual toma emprestado o aspecto de representação, mas levanta a questão da metacomunicação dos participantes. É uma representação postural, sem palavras nem movimentos (cf. Papp, 1976). Na esculturação, pede-se em um primeiro momento a um dos participantes para assumir uma atitude gestual representando uma vivência ou um ato pessoal e, em um segundo momento, pede-se aos demais que assumam uma postura em resposta ao(s) primeiro(s). Uma variante consiste em pedir a um dos participantes que represente uma postura típica de outro membro da família, e depois de se auto-representar, e reciprocamente. Isso diz respeito ao primeiro quadro da esculturação. Conforme o representante, o terapeuta propõe a seguir adotarem posições complementares, invertidas, ou completamente diferentes. Na perspectiva do sistema, a esculturação vale como indução de novas reações, com relação ao enquadre habitual de ações e retroações estereotipadas. Às vezes, a meta procurada está em provocar impacto. De acordo com essa escola, a verbalização produziria um efeito de truncagem relacional (*supra* p. 13). Em outros casos, o objetivo é mais modesto: simplesmente mostrar 'o verdadeiro' funcionamento interativo, sem intervenção do esclarecimento verbal do terapeuta. Em terapia familiar analítica, a esculturação tem reduzida utilidade; se o terapeuta decidir introduzir uma técnica mediadora, preferirá a dramatização ou o jogo imaginativo, mais próximo da fantasia.

A seguir, uma sessão de terapia sistêmica de casal relatada por Loew, em que é usada a esculturação (Loew, 1983).

A mulher vivenciava o marido como um ser distante e dominador. Este a via insaciável e poderosa. A escultura da mulher foi a seguinte: colocou o marido em uma cadeira na sala de estar, dando-lhe as costas e assistindo televisão. A escultura do marido: deitado, as mãos cobrindo o rosto, pede à mulher para ficar de pé, com as mãos na cintura, o tronco inclinado para a frente e um olhar recriminador. Ao pedido do terapeuta para modificarem as esculturas, a mulher reagiu estendendo a mão para o marido para ajudá-lo a se levantar, [mas] ele retraiu-se ainda mais. O terapeuta pediu então que a mulher se afastasse um pouco para deixar mais espaço para o marido. Este se levantou e se ajoelhou como que para rezar. A mulher decepcionada deu-lhe as costas. Então, ele se levantou e aproximou-se dela, pois não a vivenciava mais como recriminadora. A partir dessa posição, quando ela abriu os braços, o marido se aproximou ainda mais: ele sentiu como um convite para se tornar ativo de maneira não ameaçadora para si mesmo.

É uma técnica, pode-se dizer 'autóctone', da terapia familiar. Sua forma mais comum é a de pedir à família para desenhar 'sua árvore genealógica' em uma folha grande, após explicações sobre os sinais convencionais: o homem, um quadrado; a mulher, um círculo; o vínculo de aliança, o sinal de igual (outros preferem um sinal em forma de U maiúsculo, os braços indo até cada parceiro do casal); o vínculo de filiação uma reta vertical; o vínculo consanguíneo como um U maiúsculo invertido, com dois ou vários braços conforme o número de filhos.

O genograma

Pede-se também que anotem o nome de cada pessoa, descrevendoo-a e explicando suas relações com os demais (dados como idade, profissão, data de falecimento eventualmente).

O terapeuta trabalhará com a família a partir do genograma, durante uma ou várias sessões. Nesse último caso, deixará que fique disponível e guardará precisões e acréscimos ao desenho já feito. Seu estudo é complexo: o grafismo pode ser analisado como um *desenho projetivo*, observando os espaços em branco, volumes e deformações dos ramos familiares. Uma observação muito corriqueira está em que a pobreza no desenvolvimento deste ou daquele ramo pode corresponder à sua marginalização, e até à sua exclusão ou forclusão. Os ramos repletos, transbordando informações, são eventualmente sinais de investimento e projeção de elementos muito vívidos. Aparecem também personagens cujo peso a família esquecera, bem como evocam-se associações a partir de representações transgeracionais, seus segredos, fantasmas, lutos, dívidas, méritos e ideais.

O material é muitas vezes rico, e até demasiadamente revelador e rápido, permitindo a evolução da tomada de consciência. É por essa razão que preferimos introduzir essa técnica, uma vez que a transferência esteja consolidada, e depois que a família tiver começado a falar espontaneamente dos antepassados. Parece-nos também importante retomar mais adiante o genograma na terapia, caso comparações se façam neces-

sárias. As interpretações utilizam essas conclusões.

A retomada tem efeito dinamizador, produtor de associações; a família sente o interesse do terapeuta por sua genealogia como um sinal de consideração. (O excelente artigo de Lemaire-Arnaud (1980) é uma referência bem ilustrativa do interesse e também dos limites de tal técnica).

O genograma, as técnicas gráficas, bem como as de representação, afastam parcialmente o recalque, permitindo a passagem do conteúdo fantasmático e amortecendo a emoção. A analogia entre processo de negação e trabalho das técnicas mediadoras evidencia-se: ambos exprimem as representações, inibindo o afeto. Da mesma forma, o participante que desenha não sente, pelo menos por curto espaço de tempo, que sua produção seja uma fiel transcrição de seu inconsciente; e ainda menos que tal produção representa o funcionamento inconsciente do grupo. Por um efeito de extraterritorialidade, o eu desdobra os conteúdos interfantasmáticos, e não os reconhece como seus. Essa atividade, condensado de deslocamento e projeção, é muitas vezes acompanhada de prazer e gratificação.

O desenho

Durante a terapia, ocorre uma regressão. A regularidade do enquadre é certamente fator facilitador da expressão dos conteúdos psíquicos em ressonância grupal. Dessa forma, o desenho — atividade individual — é capaz de traduzir tais conteúdos. A técnica do desenho baseia-se na apresentação de uma folha grande, lápis e canetas hidrográficas. Todos os adultos e crianças são convidados a desenhar. Habitualmente, um dos membros começa e, à medida que a experiência se desenrola, os outros participam. Mas os adultos são mais reticentes que os mais jovens: temem ser considerados infantis. Uma ou várias folhas são utilizadas.

Em nossa experiência, um passo importante para integrar o grupo ocorre quando a folha é *dividida* e cada um fica com um pedaço para executar o desenho. Como veremos no caso apresentado a seguir, isso ocorreu alguns meses após o início da terapia, desencadeando uma atividade fantasmática particularmente rica.

Ilustração n° 13

Contrato perverso: a família Tesse

A terapia familiar analítica da família Tesse durou um ano, após longo período preparatório, benéfico para o conjunto do grupo. Falaremos essencialmente desse período e de uma sessão posterior quando vemos desenvolver-se uma atividade de desenho muito expressiva. A indicação está inserida no grupo das famílias com problemática de filiação. O pedido foi 'conquistado' com muita dificuldade.

A família Tesse veio ao meu consultório aconselhada por um psicólogo que atendia no D.A.S.S.*, por estar em conflito com essa entidade: a filha mais velha, Alexandra, fora internada em um instituto para crianças, e os pais, querendo reavê-la, encontravam-se em uma situação de disputa judicial; a equipe do instituto e principalmente a diretora (na opinião do casal) optavam-se a deixá-la sair.

Minha posição como terapeuta corria portanto o risco de ficar comprometida; a prescrição de uma terapia familiar estava contaminada pelo conflito. "Disseram-lhes" que sendo "pessoas problemáticas", precisavam de uma terapia familiar para superar "as dificuldades"; eram também considerados "pais indignos" e responsáveis pelos distúrbios de Alexandra: atraso psicomotor, anorexia no primeiro ano de vida.

Era muito grande a reação de desconfiança por mim; nas primeiras entrevistas, tinha dificuldade em fazê-los entender que a minha posição era totalmente alheia à da D.A.S.S. e a esse instituto infantil. Ouvi-os e enquanto adotava uma posição neutra, expliquei-lhes que meu papel diferia do dos membros dessas instituições. Em diversas ocasiões falei de total descrição com relação a essas pessoas, e da ajuda que poderia eventualmente trazer-lhes para entenderem suas dificuldades familiares: não importava que Alexandra estivesse internada ou voltasse para casa. De qualquer forma deveriam refletir muito bem sobre a vida comum e o significado de uma readaptação recíproca.

* N.T.D.D.A.S.S. ou mais comumente D.A.S.S. (Direction départementale d'action sanitaire et sociale). Corresponderia a uma direção 'estadual' de ação sanitária e social.

Tentei criar um espaço autônomo enquanto afirmava ativamente meu desejo de neutralidade. Sentiam dificuldade entretanto em acreditar nessa proposta: precisavam ter inimigos à sua frente. No início, colocavam-me diante de um dilema: “se o senhor pensa que precisamos de uma terapia familiar, intervenha junto ao juiz para recuperarmos nossa filha” (proposta de contrato perverso). Como mantivesse minha posição, tentaram por à prova “minha boa vontade” com outros métodos. Agiam muitas vezes com “atos experimentais” (*supra*). Prometiam, contudo, vir regularmente.

Sua história comum era marcada por situações muito dramáticas. Questionavam-se sobre sua capacidade de ser “bons pais”, mas tentavam abafar essa pergunta tal a culpabilidade e persuasão que despertava neles. Relatavam, alternadamente, cenas de rejeição ou brigas com a diretora da instituição que se opunha, por exemplo, a “devolver a filha no final de semana”. Vendo a maneira como os pais reagiam comigo, imaginava que sua reação habitual desempenhava um papel muito negativo no projeto de reaver Alexandra; seu modo de exigir reparação era provavelmente mal tolerado. O ambiente se tornara realmente hostil: a família Tesse confirmava seu temor de rejeição, mas não admitia que a provocasse.

Conheci Alexandra (10 anos) na terceira entrevista; nas duas primeiras estavam presentes o casal e o filho caçula, Stéphanie, de 8 anos. Este ficava calado enquanto os pais se justificavam. O casal expôs a vida comum e falou das famílias de origem. O senhor Tesse fora um jovem técnico que tinha “batalhado muito” para conseguir uma posição estável. Sua família, principalmente o pai, “homem muito correto” fora hostil ao casamento com a senhora Tesse, oriunda de uma família muito “conitualizada”, ou seja, marginal e instável. A mãe desta última tornara a se casar com um alcoólatra violento, depois que o pai desaparecera sem deixar vestígios. A senhora Tesse relata emocionada a vida infeliz entre meio-irmãos e irmãs nascidos mais tarde, que recebiam toda a ternura que lhe “era recusada”. Durante a adolescência, é expulsa de casa, e quando readmitida acaba fugindo. A tensão com a família materna nunca cedeu e o casal viveu à margem de ambas as famílias de origem. No relato que o casal fará de seu casamento, a história de Ale-

xandra dominará. O parto foi difícil e seu estado de saúde era precário. Mãe e filha ficaram separadas alguns dias. Nos primeiros meses, a criança não apresentou maiores dificuldades. No dia do batismo, a mãe pouco a pouco ficou paralisada e foi subitamente hospitalizada. O diagnóstico é esclerose em placas. A isso segue-se um período em que fica obrigatoriamente acamada e com dificuldade em cuidar do bebê. Este apresentará distúrbios alimentares: rejeição e dificuldade na mudança de tipo de alimento. Ocorre um emagrecimento passageiro. As básicas que cuidam da criança estão exaustas e esmagadas por problemas de relacionamento com a mãe que não aceita estar incapacitada. Alexandra brinca pouco, interessando-se pelos movimentos estereotipados dos dedos. O diagnóstico de autismo é aventado, mas a evolução posterior não o confirma; adquirirá com atraso o comportamento de uma criança normal (anda com 18 meses, etc), e sua alimentação se normalizará.

Surge um problema quando a senhora Tesse engravida novamente: apesar da opinião desfavorável dos neurologos, decide continuar a gravidez, pois “sabe” que será um menino. Quando Stéphanie nasce, o estado da mãe se mantém, mas Alexandra se mostra uma criança difícil, barulhenta e caprichosa.

Nos dois anos seguintes, a saúde da senhora Tesse é abalada por frequentes crises da doença. A família se muda muitas vezes e o senhor Tesse tem dificuldades no trabalho: está à beira da falência. Quando Alexandra está com seis anos (é uma garotinha adóvel que fala normalmente), entra em conflito com a babá e os pais não sabem como as coisas puderam se deteriorar a tal ponto. Alexandra será hospitalizada em uma ala psiquiátrica. Como seu estado não justifica uma hospitalização, acabará sendo internada em uma instituição infantil (sua escolaridade não parece comprometida). Como os sintomas não melhoram (enurese, encopresia, queda de peso), permanecerá nessa instituição. Da mesma forma, os retornos para casa são questionados: depois de um final de semana junto à família, a equipe constata sinais de pancadas e ferimentos. Os pais são convocados pelo juiz, que decide retirar o pátrio poder. O casal não quer aceitar a decisão — considerada injusta — embora reconheça que Alexandra levava “umas palmas das imerecidas”. Culpam a equipe que teria preparado um relatório muito negativo sobre eles.

Quando das entrevistas, a situação já perdurava há dois anos. Alexandra só raramente pôde visitar os pais: passou o aniversário e o Natal na instituição. Nem assim o casal se resigna. Apesar das opiniões contrárias dos profissionais e de diferentes instâncias jurídicas, continuam a insistir para que a filha lhes seja devolvida, ou pelo menos que as estadas na casa sejam novamente permitidas durante as férias. Na terceira entrevista Alexandra comparece com os outros membros da família. Parece esperta, vivaz, fala pouco, mas articula corretamente. Vestida com cuidado pela mãe (usa um vestido muito sofisticado para uma entrevista terapêutica), sente dificuldade em corresponder às solicitações parentais, como se tivesse perdido o hábito da relação com eles. Sua afetividade não parece perturbada. Alexandra se mostra dividida diante do discurso hostil dos pais em relação à equipe da instituição. Investiu várias profissionais do estabelecimento. O pai dirá que elas foram seduzidas por Alexandra que é boazinha e simpática. A mãe acrescentará que isso é determinante no “desejo que a equipe tem de ficar com ela”. Nas entrevistas seguintes, a atmosfera das sessões é marcada pelas queixas agressivas do casal. Intervento insistentemente no medo do casal em ser tratado “como maus pais” e no temor da recriminação pela falência em construir um “bom lar”. E ao mesmo tempo em que me mostro solidário com seu pesar, manifesto espanto com a repetição da situação de rejeição do meio. Vínculo as atitudes dos pais do senhor Tesse com as da equipe em questão. Minha posição é muitas vezes de expectativa; outras vezes me mostro cético: não se pode mudar a opinião alheia; como forçar a opinião da equipe (na hipótese de uma intervenção pessoal minha), e acrescento que é igualmente difícil fazer com que eles mesmos mudem de opinião.

Baseando-se no sentimento transferencial de que eu estaria “muito interessado” no prosseguimento das entrevistas, o casal Tesse responde muitas vezes de modo a por à prova minha boa vontade, ou de modo francamente chantagista: “como fazer uma terapia familiar se nossa filha não mora conosco?”. Fico em silêncio, ou explico que os pais, Stéphane e Alexandra devem ter tido um passado comum, mas que principalmente tem um futuro a preparar. Ênfase no conflito. “A reintegração de Alexandra exigirá um esforço de readaptação recíproca”: “Vocês

pensam o tempo todo como a diretora agiu com vocês e acabam por esquecer de si mesmos”.

Às vezes sou agredido, tamanha a sensibilidade deles “a qual quer infidelidade” na adesão à sua causa. Mas, com o andamento das entrevistas, menos tensos e desconfiados, conseguem esclarecer seu projeto e organizar mais corretamente os meios para realizá-lo. Marcam então entrevistas e dão início a um processo para conseguir uma revisão quanto à guarda da filha.

A confiança no objeto transferencial deve ter permitido a passagem da desconfiança agida para a desconfiança instituída, o procedimento legal.

A convocação perante o juiz e a seguir a decisão ocorre alguns meses mais tarde. Para minha surpresa, ganham a causa. Alexandra passará o Natal em família, e a seguir ficará permanentemente. Grande é a satisfação do casal e de Alexandra que parece se entender melhor com os pais. Stéphane tem mais dificuldade em aceitar o papel de filho caçula; estava muito acostumado a ficar sozinho com os pais.

Durante esse período, os desenhos refletem esses múltiplos aspectos. Alexandra fará retratos da mãe — arrogante, contrariada, ou como uma boneca de pano; boneca vaidosa (desenho 1), e depois expressará a severidade inquietadora que lhe atribui. Stéphane sempre pronto para interromper a sessão, fará desenhos ‘clichês’ sobre a árvore de Natal, os presentes, a festa familiar. Desenhará a mesa posta para o Natal com talheres e iguarias. Várias imagens lembrarão a árvore sólida, imponente, de tronco rígido, com tratinhos lembrando pêlos, contrastando com os galhos delgados e quase sem folhas (desenho 2). Cada criança desenhará em separado. Às vezes rasgará o desenho ao final da sessão em um movimento de excitação não isento de familiaridade com o terapeuta, que Alexandra sentirá, cada vez mais, como cúmplice.

Nos primeiros seis meses, a terapia familiar não começa, embora as entrevistas tenham uma função terapêutica. Enquanto o pedido não se delinca, digo-lhes que não estamos em uma zona de tratamento com suas metas e contrato. Quanto a mim, não me apresso em organizar sessões regulares. Os pais, querendo me forçar a intervir junto à administração judiciária, sob ameaça de interromper nossa relação, criam um clima de pressão, de con-

trole que me leva a evitar qualquer compromisso terapêutico.

Ao perceberem a possibilidade da volta de Alexandra, os pais aceitam o trabalho de terapia tendo em vista, entre outras metas, uma compreensão dos vínculos com ela.

Relatei agora uma sessão mais adiantada quando, pela primeira vez, os pais participam do ato de desenhar. Dividem a página em quatro, com dois traços perpendiculares: a parte superior esquerda será preenchida com o desenho de Alexandra, a superior direita com o de Stéphanie; a parte inferior esquerda com o desenho do pai e a inferior direita com o da mãe (desenho 3). Alexandra desenhará uma árvore de Natal onde se destacam duas velas como que flutuando em meio à folhagem (desenho 3 alto à esquerda). Stéphanie desenha uma estrela, mas em um súbito acesso de raiva interrompe (desenho 3 alto à direita). A seguir, sai da sala. O pai desenhará um peixe atraído por uma isca pendurada em um anzol na ponta de uma linha. A pesca é seu esporte favorito (desenho 3 baixo à esquerda). A mãe desenhará a cadela de estimação observando um osso apetitoso (desenho 3 baixo à direita). Assim que cada um terminou o desenho, decidem, divertindo-se, 'contrariar' o desenho do outro. A mãe 'intervirá' na árvore de Alexandra desenhando uma formiga que arrasta atrás de si *uma linha comprida* que atravessa os galhos e estraga a árvore. A seguir, o pai desenha uma serra e um martelo que 'usará' para derrubar a árvore. Entre divertidas e enraivecidas, mãe e filha decidem desenhar um grande peixe-serra que comerá o peixinho feito pelo pai. "Não conseguirá pescar nada". O pai zomba do cachorro, enfeando-o com pintas e pelos grossos, e coloca em um balão as seguintes palavras: "É um osso curto". Faz um trocadilho entre osso curto e socorro (*au secours*). Enquanto isso, Stéphanie retorna à sala de terapia, mas não participa do grupo e nem da atividade. A diversão do grupo beira a agressividade ou o sarcasmo. Destacamos a atmosfera alegre, o tema da linha que percorre o grafismo da filha, do pai e da mãe (o que une ou estreita). Associa ao problema apresentado a Dédalo.

A família decide fazer um segundo desenho (desenho 4). Justificando sua saída da sessão porque "seu desenho não estava bom". Stéphanie faz um cometa de cores vivas. Alexandra desenha no seu espaço "a mãe ou outra mulher", vestida de noiva,

vaída, e como que dançando (desenho 4 alto à esquerda). O pai, uma planta com uma flor (desenho 4 baixo à esquerda). A mãe, uma janela de prisão, "as grades serradas permitiram que um condenado escapasse" (desenho 4 baixo à direita). A seguir, o pai decide 'contrariar' o desenho da noiva, seu sorriso se transforma em careta, o narizinho em nariz de bruxa, a cauda do vestido é presa ao chão com um prego: ela não poderá mais se mexer. A seguir, a mãe e Alexandra desenharam uma teia de aranha onde o cometa cairá (desenho 4 alto à direita). Stéphanie, zangado, ajuda a mãe "a recuperar a seiva da planta" desenhada pelo pai: desenharam um sistema de pipetas que termina em um copo "cheio" de seiva e suor. Quando chega a hora de modificar o desenho da mãe, esta ironiza a feiúra da flor. O pai fecha as grades da janela e ao mesmo tempo desenha uma hera que cresce cada vez mais. A seguir, a mãe desenha um sol que sai de trás do muro — o que complica todo o grafismo: não se sabe mais se a prisão está desenhada de dentro ou de fora.

Eles dizem (a mãe?): "a hera fecha, mas deixa a esperança de sair", e comparam o seu isolamento atual a uma prisão onde é possível se sentir à vontade. Exigem muito a paz e a necessidade de viver plenamente a própria vida. Nesse momento da entrevista, a atmosfera mudou: de alegre, tornou-se circunspecta e calma. Comentam também as dificuldades que os aguardam.

Comentários sobre essa sessão

Os desenhos permitiram explorar as fantasias subjacentes e ativas durante todo o período inicial do tratamento. Podemos analisá-los: parecemos interessante agir habitualmente com base no próprio desenho, cores, temas, procedimento escolhido (no caso divisão da página) e a partir dos comentários acrescentados. Os símbolos deveriam orientar-nos preferencialmente sobre a atividade psíquica coletiva.

O que chama a atenção são os temas personalizados expressando a sensibilidade de cada membro da família: prazer de ir longe (cometa), admiração pela mulher casada, ou desejo de se casar, construção de uma árvore de Natal, com a noção de vida familiar que isso implica; a pesca, investimento de um animal doméstico (única figura do primeiro dese-

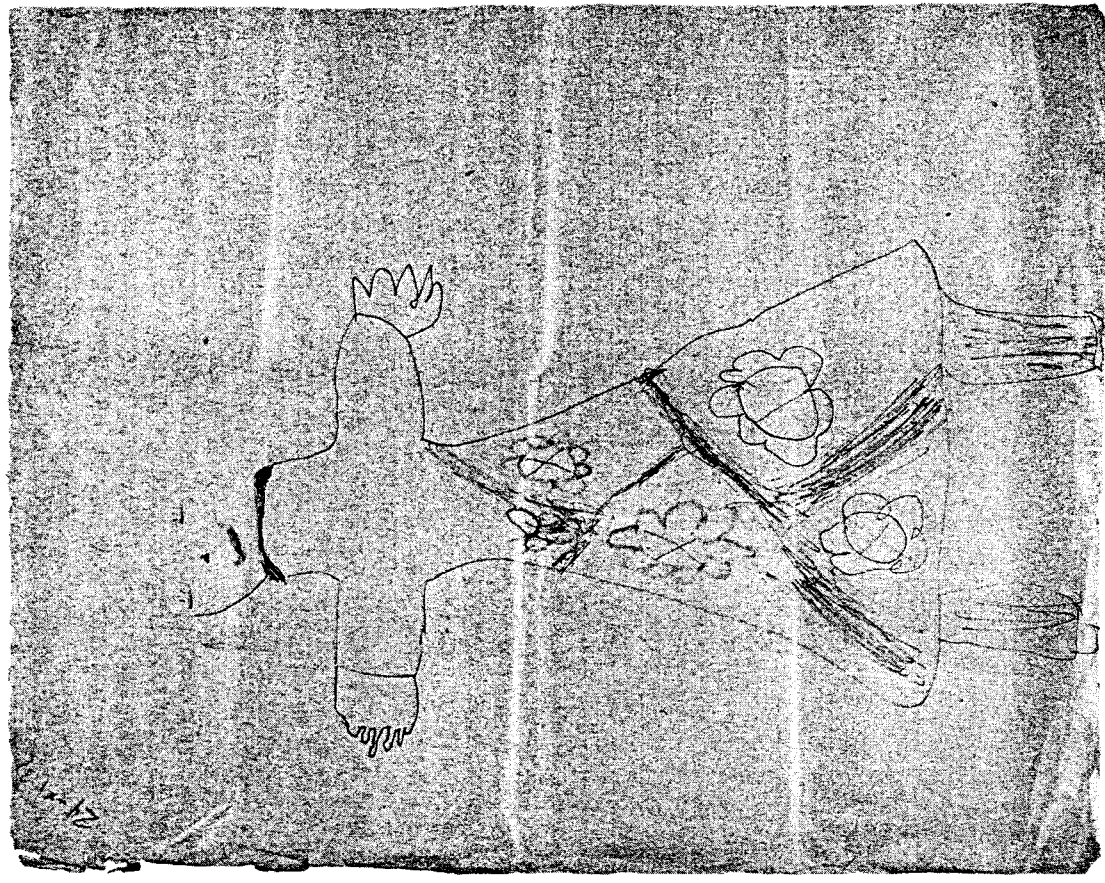
nho). A seguir, aparece a vontade de zombar do que foi expresso. Em um primeiro momento, pode-se pensar que se trata de coação: desejo de estragar o desejo ou o prazer. Cada um tentou anular, ridicularizando no desenho do outro, o aspecto mais agradável; expressando portanto a vontade de denegrir o pulsional. O símbolo por detrás dos fios mostra o desejo de ligar, mas também o de amarrar (cf. a teia de aranha e a prisão). Não é certo entretanto que o controle domine o quadro.

A intervenção do lúdico em um ambiente alegre e às vezes malicioso, acentua a filiação desse processo com o funcionamento perverso: trata-se de zombar com sarcasmo e provavelmente de ferir, mas também de zombar de si mesmo. Assim, explica-se que não surja nenhuma suscetibilidade — fato espantoso, levando-se em conta a evolução anterior dessa família —, não há desejo de se interromper o jogo, mas de utilizar a situação para exprimir, nos termos contidos do desenho, *a irritação ou a inveja*. Chega-se assim a um meio-termo que se afirmará no decorrer da sessão.

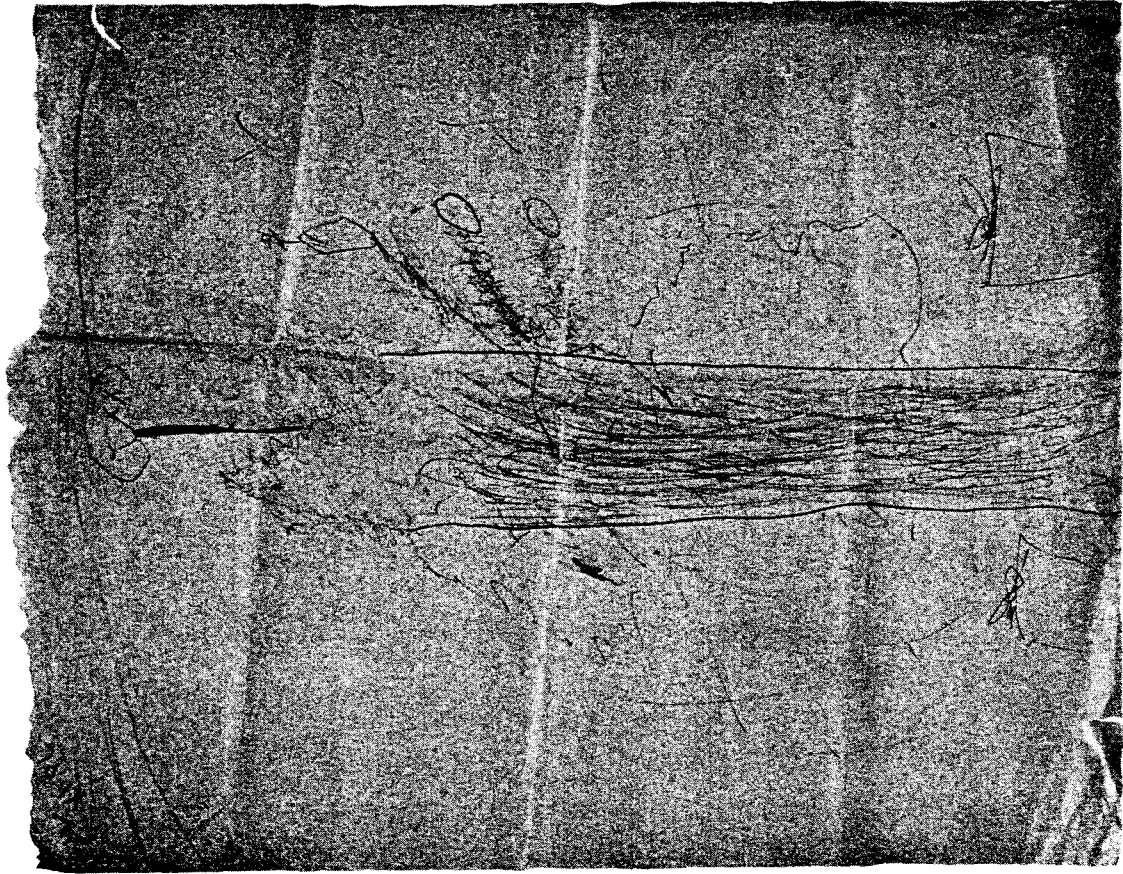
A escolha defensiva é a de uma difamação que certamente provoca a intervenção de fenômenos anais, confirmados aliás pelas tubagens e a idéia de 'proveito' da seiva e da transpiração da flor feitos no segundo desenho do pai; e igualmente orais: cachorrinha olhando o osso, o peixe grande comendo o peixinho.

Assim, a difamação recíproca traduz a natureza do conflito pai-mãe até então pouco evidente. O pai ataca os símbolos da aparência e do feminino: com o prego que fixa a cauda do vestido da noiva (ela não poderá mais se mexer; cf. paralisia da mãe); a mãe ataca o esporte preferido do pai, a pesca. As crianças se mostram cada vez mais afastadas do jogo decidido pelos pais e desenvolvido mais habilmente por estes últimos.

No final da sessão, a tensão conflitual cedeu e o ambiente externo é considerado de maneira menos persecutória: constrói-se uma "prisão matizção fica mais claro: por um lado um conteúdo e por outro um continente — atividade e prazer de funcionamento. Informam-nos sobre a natureza de suas fantasias e são capazes de se confrontarem com elas sem, no entanto, produzir um efeito de ruptura, como em um pesadelo que interrompe o sono, mas de continuidade. Esse é um dos interesses do desenho coletivo que retoma o funcionamento do sonho.



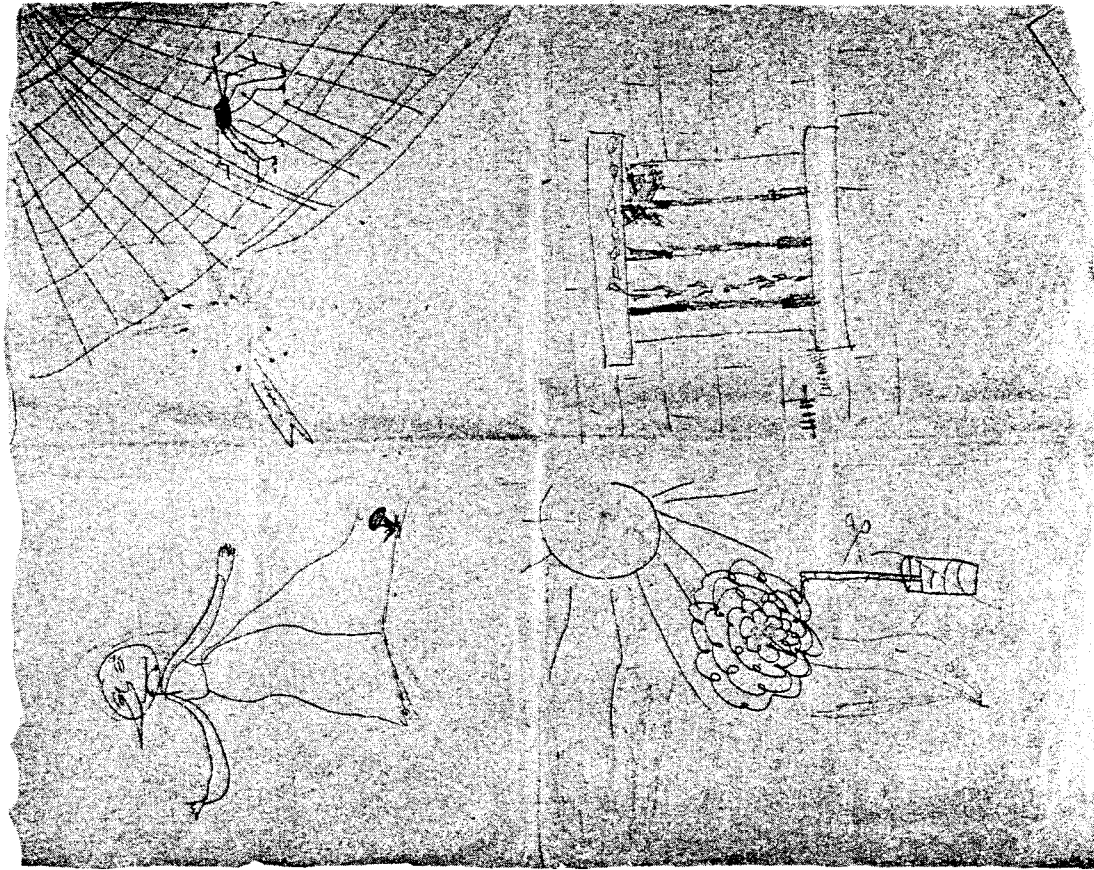
Desenho I - Alexandra desenha a mãe



Desenho 2 - Stéphanie: a árvore de Natal



Desenho 3 - Primeiro desenho coletivo



Desenho 4 - Segundo desenho coletivo

Conclusões

O eu é detestável.

Pascal. Pensées.

O eu não é apenas detestável: ele não tem lugar entre um nós e um nada.

Claude Lévi-Strauss. *Tristes Trópicos*.

A intersubjetividade como fundamento da transferência familiar

O modelo analítico grupal inspira-se, conforme assinalamos, das concepções freudianas sobre o grupo (1921). O espírito sensível de Freud foi atingido pelos eventos da Primeira Guerra Mundial e pelas revoluções com seus movimentos populares. Querendo encontrar uma resposta científica para a enigmática energia dos 'conjuntos humanos', o enunciado da preexistência de uma psique coletiva à psique individual se inscreve também em uma tentativa de integração das descobertas do início do século: 'a memória arcaica' da espécie representada pela fantasia originária permite que o sujeito assente simultaneamente sua identidade e dependência às 'multidões instituídas', instituições, comunidade, família. Essa base dupla é edificada pelo *narcisismo* (outro achado do início do século), enquanto enquadre do sujeito e de relação com o outro.

Freud também se interessa pela intersubjetividade. Desse ponto de vista, nossa conclusão sobre as relações entre fantasia e intersubjetividade levou-nos a postular que a fantasia (a subjetividade do sujeito) seria o ensaio de representação em uma intuição englobando a fantasia do outro (a subjetividade do objeto).

Se Freud deu à sua metapsicologia um estatuto *subjetivo*, postulando por exemplo um aparelho psíquico individual e posicionando-se a fa-

lação das identidades e dos desejos individuais costumadamente regulados pela lei sexual; investimentos narcísicos nas inter-relações; fantasmática de auto-engendramento, o que supõe desenraizamento com relação às linhagens de origem; expectativas reduzidas no que se refere ao futuro de um dos membros da família ou desta em seu conjunto.

No caso da família narcísica, o equilíbrio habitual entre vínculos narcísicos e objetos está rompido. Os vínculos narcísicos, por seu peso, ultrapassam esses últimos. Os *vínculos narcísicos* são portanto produtos dos investimentos narcísicos do outro que é visto como parte de si. Os *vínculos objetivos*, ao contrário, são resultado dos investimentos de objeto: o outro é vinculado fantasmaticamente a um objeto interno, eventualmente a um objeto ancestral. Isso explica o interesse que damos à representação de objeto transgeracional (cap. 6), aos mitos veiculados por esta última (cap. 7), e ao estilo relacional que cada sujeito tenta recriar no intercâmbio conforme as relações imaginárias entre seus objetos internos. Os vínculos objetivos são também portadores de alteridade, de diferença, enquanto marca da diferença sexual. Serão esses vínculos, sua oposição dinâmica, típicos da família com relação aos outros grupos?

Assim, nossa teoria se prende aos postulados psicanalíticos básicos: a família é um grupo agitado por movimentos pulsionais, diante dos quais edifica defesas, bem como de um estilo de pensamento elaborativo que se interpõe entre sua tendência fusional e suas forças dispersadoras. O resultado, nos casos bem sucedidos, é o de uma estrutura criativa de espaços autônomos. Para que o desejo individual se delimite, pensamos que o desejo onipotente dos outros, que surge muitas vezes das expectativas irrealistas, das 'delegações' inveteradas, da ilusão de um funcionamento eterno sem falhas, sem crises nem mudança, deve de certa forma se reabsorver.

A terapia familiar analítica tem como objetivo uma tomada de consciência desses desejos, com a esperança de que uma mudança econômica se instaure, dando aos vínculos libidinais de objeto portadores de diferenciação entre sexos e gerações, uma nova dimensão.

As teses sobre o funcionamento inconsciente da família permitiriam nos chegar:

1. À confirmação do conceito de *intersubjetividade* tal como aparece em filigrana na obra freudiana.
2. À especificação do conceito de *vínculo*: vínculos narcísicos que normalmente existem enquanto 'enquadre' relacional, e vínculos libidinais de objeto.

vor do auto-erotismo enquanto forma realizada do funcionamento intrapsíquico, outras noções refletem o desenvolvimento e a dependência da criança de seu ambiente. É o caso da pulsão de dominação, protopulsão em busca do outro, das pulsões parciais e do narcisismo em certa medida. O narcisismo dos pais deslocado para os filhos, a tensão criada pelos ideais do eu, e até o sadismo presente em qualquer vínculo educativo, são testemunhas indelévels do outro na estrutura individual.

A fantasia da mãe — suas fidelidades e dívidas transgeracionais — é costumadamente reconhecida como ativa na *gênese* do sujeito e eventualmente na patologia. Quando questionamos as representações ancestrais, desejamos confirmar tais idéias. Descobrimos que além dos distúrbios, duas outras verdades se impõem.

1. O grupo familiar é também portador dos ideais ancestrais, de um estilo de existência e de filiação estruturadoras.

2. Seria mais justo doravante considerar ao mesmo tempo que a fantasia materna, as dos outros membros da família em sua afirmação interfuncional, levando à representação de uma totalidade grupal.

É por esse motivo que o sentimento de dependência familiar é peça importante do nosso modelo. Trata-se de uma fantasia sobre a natureza intersubjetiva das ligações entre membros de uma família e se refere a um espaço psíquico e a uma evolução histórica comum. Se a conclusão mais importante referente à intersubjetividade é a sua inscrição em *um enquadre narcísico em que o idêntico remete ao idêntico*, a base dos vínculos narcísicos é a estrutura narcísica permanente do psiquismo da qual a dependência seria precisamente uma de suas produções. Devemos admitir que os grupos, e nossa família entre eles, pertencem a nosso eu fantasmante e reforçam nosso sentimento de identidade.

O eu, grande distribuidor de energia psíquica, tem ambições imperiais. Toda a questão reside na funcionalidade do investimento de objeto que regula e equilibra a ambição narcísica desmedida. Bleger assinalou a presença de uma clivagem normal entre o 'núcleo sincrético', que vinculamos à estrutura narcísica do eu, e o mundo dos objetos inconscientes: clivagem cuja função estaria em manter esse equilíbrio.

Como toda fantasia, a representação do si familiar corre o risco de adquirir uma dimensão que escapa ao processo de ligação habitual, para embeber-se de grandiosidade e até de megalomania. Torna-se então teórica, crença, mito todo-poderoso sobre as qualidades excepcionais da própria família. É o que se observa no caso da família de tipo narcísico (aquela em que encontramos, por exemplo, um paciente psicótico): anu-

3. Ao conceito de *organizador psíquico* do grupo. A estrutura familiar é 'reanimada' por este último, cujo protótipo individual é a fantasia originária.

Estabelecemos as correlações entre interfantasmáticação, colusão e circulação fantasmáticas, permitindo esta última uma produção recreativa, de histórias contadas, de *rêverie* e sonhos. Mas, a vida familiar não é apenas juncada de imagens mentais. É teatro de comportamentos: rituais como casamento, batismo, comunhão, aniversários, velórios, visitas ao cemitério, saídas, férias... são festas 'maníacas' de reencontro e de lembrança das ilusões da origem. Esses atos globais e simbólicos não nos devem fazer esquecer os gestos cotidianos, rituais que têm muitas vezes função estruturadora. São agentes de estreitamento dos vínculos narcísicos, do selo da identidade, embora corram eventualmente o risco de acentuar com monotonia o clima do lar.

Tal diversidade de comportamentos nos leva a questionar sua natureza simbólica. Uma vez que Klein compara o jogo ao sonho enquanto meio de acesso ao inconsciente das crianças em terapia, a questão do símbolo transportado pelo ato coloca-se de outra maneira. O jogo seria o equivalente do sonho e de seu relato: tem valor de produto e de transporte através da comunicação. O ato não deveria mais ser considerado como antítese da representação, mas como um de seus meios. Existem certamente atos de conotação impulsiva que embaralham as pistas do entendimento (por exemplo, o *acting-out*), mas os comportamentos podem ser interpretáveis. A teoria analítica dos grupos permite dar-lhes significado mais acessível: estando a interfantasmáticação na origem dos atos, como por exemplo na do mito familiar.

No quarto capítulo, adiantamos algumas hipóteses sobre o jogo e o ato experimental e sobre a função das pulsões parciais em busca de um objeto no outro, e da pulsão de dominação enquanto tentativa de atrair o objeto. Essas produções psíquicas estão a serviço da intersubjetividade: tentam encontrar a fantasia do outro. No caso do sadismo, trata-se de provocar um processo imaginário no objeto exterior; no caso do ato experimental, de desvendá-lo seu mistério, seu pensamento, bem como provar a confiabilidade desse objeto, verificar a intensidade de seu desejo, tudo isso a fim de aliviar a sensação de castração. Cada ato experimental tenta encontrar uma resposta para o enigma da diferença entre os sexos e da origem do homem. Sem ser exclusiva, a proposta dos vínculos libidinais de objeto implica uma dupla polaridade agida. Primeiro, o objeto inter-busca, por intermédio da identificação projetiva de comunicação, e às

vezes até por meio da identificação projetiva expulsiva e sádica, atingir o funcionamento objetual do outro. Ela delega a este último expectativas e funções, criando espaços de vínculo interspíquico. Na origem, o masoquismo erógeno procura encontrar uma via de desimpedimento para o exterior. Tanatos o importuna, tiraniza. A seguir, será dominado pelo outro, convidando-o para a dança do investimento recíproco; 'o vínculo' não passa de um produto acabado disso: 'o triunfo do amor' como um pacto entre Eros e desligação, posse e desapego.

Uma das metas da terapia é precisamente a reanimação desse fundo comum interfantasmático, separando então o joio das delegações transgeracionais abusivas, do trigo da mensagem das origens, como cena criadora do familiar. Um exemplo disso é a utilização técnica do jogo e do desenho como dramatização no caso de terapia com crianças. O ato é assim passível de interpretação em sua própria simbologia.

Se o freudismo rechaça a idéia junguiana da concentração egóica do Grande Todo no sujeito é, eventualmente, para indicá-la como manifestação patológica: fantasia de grandeza. Em compensação, esse vivenciado pode ser admitido como fantasia normal ou, em última instância, como sinal da identificação primária atormentando o eu 'normal'. A sensação de continuidade de si é uma de suas expressões. A contribuição da teoria familiar para a metapsicologia levanta a tensão criada entre a identificação primária e a secundária, chamando a atenção sobre as identificações transgeracionais positivas ou anuladoras: "o pai da pré-história pessoal, ele mesmo oriundo dos vestígios filogenéticos do pai da horda primitiva" (Mijolla, 1984). E enfatiza os diferentes elos determinadores dessa identificação, com seus 'fluxos' e 'refluxos', 'personagens atores' da história familiar e dos bardos que, ao contar a gesta dos heróis sem tê-la vivenciado, fazem com que outros a vivam.

Transferência, recorrência e renovação

A transferência familiar tem pontos em comum com as outras formas de transferência: desinvestimento, deslocamento e investimento do terapeuta-tela. Ordena identificações sobre um fundo de englobamento posto em funcionamento pelos vínculos narcísicos. Vínculos cuja trama corre o risco de ser furada pelas representações vazias do irrepresentável, ou por afetos muito condensados e intensos. Os vínculos objetais dão o

maior freqüência da estrutura prévia do que da terapia. São contudo poderosas no caso da família narcísica. Só emergem em um segundo momento, provavelmente quando 'o englobamento narcísico' do(s) terapeuta(s) começa a ocorrer.

O que diferencia a transferência familiar das demais transferências é essencialmente seu conteúdo: os vínculos de filiação, consanguíneos, de aliança, avunculado; as representações transgeracionais, mitos, pactos e alianças, veiculam protótipos de objeto e de relações específicos. A transferência oscila entre uma figura familiar de mesma origem (objeto transgeracional) e uma figura estranha ao meio.

Na vertente persecutória, a família atribui ao terapeuta o desejo de apropriar-se do lugar de uma das figuras familiares. Na vertente depressiva, a família deseja entronizá-lo. Em ambos, os casos a identificação se confunde com a incorporação. O par do objeto familiar(al) e o estranho se duplica com outro par: o natural (antepassado, um dos pais ou filho) e o adotivo (antepassado, um dos pais ou filho também). Os objetos familiares e naturais estão próximos, o estrangeiro e o adotivo muito menos.

Descobre-se que todo o processo evolutivo da transferência reside na identificação do terapeuta com o estranho que evolui em direção a uma identificação com o familiar(al), para *estabilizar-se* na figura do adotivo. O próprio adotivo tem uma genealogia. Deve ser ligado ao vínculo avuncular como representante 'da troca', e portanto da cultura. Com essas duas variantes imaginárias, ou são adotivos o pai e a mãe ou apenas o pai; 'a adoção' pode ser considerada como a relação filial psicológica protótipica: inscreve-se na delegação da mensagem transgeracional herdeira do pacto entre irmãos. Se a família narcísica sofre, é por não conseguir imaginar o estranho como alternativa do familiar(al).

Quando a tensão do familiar-estranho se expressa no nível do vínculo de aliança, temos que nos questionar sobre as fidelidades edípicas transgeracionais que interferem na relação; aqui o deslocamento transferencial contém elementos de rivalidade. Quando a tensão familiar-estranho se expressa no plano do vínculo de filiação, devemos questionar sobre os ideais e as delegações narcísicas que pesam na relação; aí o deslocamento transferencial contém elementos de possessibilidade.

Lembremos que o desenvolvimento da criança no seio da família atravessa as mesmas etapas que o objeto de transferência. Primeiramente *estranho*: a família se interessa quando do nascimento pelas semelhanças e diferenças com outros membros da família. 'Mais um' questionará o sentimento de vinculação em cada um e seu lugar no conjunto. A seguir

tom e conteúdo a essa transferência. A teoria dos vínculos permite explicar facilmente o processo de transferência-contratransferência familiar, pois as mesmas constantes são encontradas nesse processo e na intersubjetividade familiar: inspiração recíproca de fantasias, co-excitação pulsional, ampliação das defesas, etc. Tal como as demais formas de transferência, nasce da regressão provocada pelo enquadre e pela situação de dependência. Mostra-se tão útil para a abordagem da resistência quanto a transferência na cura individual.

A angústia situacional, definida como: emoções e fantasias suscitadas pela *sessão* e tomando-se seu motor, bem como a *transferência para o processo*, representação do futuro da cura, são identificáveis em qualquer terapia. Até aqui, a definição da transferência familiar coincide com a das outras formas de transferência. Delas difere em muitos aspectos. Com relação à transferência da cura individual, as diferenças são percebidas à medida que a transferência familiar depende da situação interativa grupal. É um grupo vivo, extremamente organizado, tendo muitas vezes uma couraça defensiva bem sedimentada. O que explica que a regressão surja muito mais lentamente do que durante a análise: os desinvestimentos dos objetos internos e dos vínculos entre objetos são geralmente contidos e parciais.

Ficamos contudo surpresos com que freqüência e rapidez o enquadre se torna a peça-chave das resistências. Motricidade e ação são seus meios privilegiados de expressão. O terapeuta familiar é levado a analisá-las prioritariamente, de modo que a regra da livre associação e o objetivo de trabalhar no plano fantasmático sejam possíveis. Constatamos que não basta enunciar as leis da cura familiar; é necessário 'moldá-las' pela análise, muitas vezes longa, das resistências transferenciais no plano do enquadre: por exemplo, ao restituir o enunciado da regra, ou ao interpretar o pedido familiar de nos ver assumir papéis ativos diferentes do de analista das dificuldades profundas (*desnaturação da transferência, ataques à regra de presença*, atuações durante a sessão ou entre as sessões).

Com relação à transferência da terapia grupal, as diferenças são percebidas por ser a família um grupo natural e formal. O tratamento de pessoas que não tiveram vínculos entre si antes do início da terapia vê surgir angústias e fantasias paranoídes ligadas ao desconhecido. O grupo é sempre agitado por sensações de perda dos limites e pelo temor da emergência dos aspectos não discriminados da psique. Seus membros tendem confundir-se uns com os outros em um magma indiferenciado (Bleger, 1971). Se tais fantasias aparecem na terapia familiar, derivam com

familiar: a inserção é total. É reconhecido como um descendente biológico e narcísico das linhagens. Enfim, *adotado*: o vínculo familiar se tornará essencialmente psíquico.

A repetição é assim uma propriedade da transferência, mas por essa razão torna-se novidade: quando a família percebe que pode reproduzir em outro enquadre emoções e fantasias, essa possibilidade se insere em suas conquistas: ganho na capacidade de pensamento e aceitação de que o fantasmático permite variantes do idêntico. Mudar não significa refazer tudo, mas fazer o novo com aquilo que se possui, tantas vezes quanto a vida nos colocar diante de diferentes situações.

A mitopoiese é essa capacidade criadora de fantasias, emergência do enquadre que a família levará para casa. Alimentada pela fantasia originária, contará a mesma fantasia de modo diferente incluindo feitos e obras do terapeuta nas mais recentes versões. O relato da história familiar se enriquecerá com novos conteúdos e adquirirá riqueza de estilo: poético, trágico e eventualmente lírico. Os afetos transferidos tornam possível um desimpedimento do pensamento: sua consequência é a organização de novos mitos. Quanto ao tema central de uma fantasia, será possível então criar a diversidade. Como no caso da transferência diante de uma equipe de co-terapeutas, a fantasia se diversificará em uma variante de mitos. Assinalemos que o trabalho da equipe de co-terapeutas será a de reunir, encontrar a raiz comum de suas vivências contratransferenciais difratadas. A interpretação analítica efetua um procedimento semelhante de centragem em um tema comum.

Com o passar do tempo, a referência ao terapeuta ficará como a de uma lembrança longínqua, pontual, mas nítida. A transferência ficará implicada na capacidade de ligação recém-adquirida: a família viverá para si mesma, com seus novos mitos e sua nova história.

Bibliografia

- ABRAHAM K.
1924, "Esquisse d'une histoire du développement de la libido basée sur psychanalyse des troubles mentaux", tr. fr. *Œuvres complètes*. Payot. T. II. 255-313.
- ABRAHAM N. e TOROK M.
1978, *L'écorce et le noyau*, Paris, Aubier-Flammarion.
- ANDOLFIM.
1977, *La thérapie avec la famille*, tr. fr. Paris, ESF, 1982.
- ANDRE F.
1986, *L'enfant insuffisamment*, Lyon, PUL.
- ANZIEU D.
1974, "Le moi-peau". *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n° 9, 185-201
1975 a, "Le transfert paradoxal". *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, n° 10, 185-201
1975 b, *Le groupe et l'inconscient*, Paris, Dunod.
1980, "Œdipe avant le complexe, ou de l'interprétation psychanalytique des mythes". c.a. in Anzieu D. et colab. *Psychanalyse et culture grecs* Paris, Les Belles Lettres, 9-52.
- AUBIN J.P., UHL R.
1980, "Filiation et secret dans la genèse d'un état psychotique", *Dialéctica*, 70, 75-83.